CBH-VERDE GRANDE



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003 Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia e pelo Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2012, no auditório da Sicoob Credinor, na rua Pires e Albuquerque, 522, centro, em Montes Claros-Minas Gerais, com início às quinze horas e término às 18 horas e 30 minutos, realizou-se a 18ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Após verificação do quórum, o Secretário Executivo do Comitê, João Damásio, inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e de todas. Agradeceu também a Dario Collares, Diretor do Credinor, pela cessão do auditório. Justificou a ausência do Presidente do Comitê, Marcelo Ferrante Maia. Leu a ata da 17ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade, com apenas uma ressalva colocada por Tânia. João Damásio expõe o que será tratado durante a reunião. Em seguida fala sobre os condicionantes para a supressão da vegetação nativa do Reservatório de Congonhas. Diz que o Comitê enviou ofício ao DNOCS solicitando a presença em reunião plenária do seu Diretor em Montes Claros para falar sobre a situação atual de Congonhas, mas que recebeu do Diretor a afirmativa de que o DNOCS não é mais o órgão responsável por Congonhas. João Damásio questiona qual órgão público poderá responder a partir de agora pelo reservatório de Congonhas. Alertou que o Comitê enviou também ao IBAMA ofício solicitando do seu Diretor em Montes Claros esclarecimentos sobre a compensação ambiental de Congonhas. Disse que obteve como resposta a afirmativa de que o IBAMA aguarda apenas Parecer da SUPRAM-Norte para autorizar a compensação ambiental. Edson Couto, Diretor do Idene em Montes Claros, convidado para a reunião, esclarece que o Secretário de Estado Gil Pereira vem discutindo esse assunto com o DNOCS, Copasa e Ruralminas. Socorro, representante do DNOCS, relatou minuciosamente todas as discussões havidas entre DNOCS, Copasa, Ruralminas, e SEDVAM sobre a situação de Congonhas, afirmando que a única condicionante existente é a apresentada pelo IBAMA e que os estudos ambientais estão com a SUPRAM. Salientou que o IBAMA aguarda os documentos da SUPRAM para autorizar a compensação ambiental em Congonhas. João Damásio sugere que esse assunto volte a ser pauta da próxima reunião do Comitê. Rafael, do IGAM, propõe a presença do Comitê do Jequitinhonha Um na próxima reunião, em razão do Rio Congonhas fazer parte desse Comitê. Socorro sugere encaminhar a situação antes de convidar o CBH-Jequitinhonha. Luiz Guilherme afirma que os Afetados por Barragem estão discutindo sobre a situação da construção de Congonhas. Obedecendo a pauta da reunião, Rafael, do IGAM, fala do programa do IGAM sobre Monitoramento de Desastres de Enchentes para o Norte de Minas, com 20 Estações Telemétricas, segundo Rafael, mais eficientes do que as fluviométricas. Acrescenta que as primeiras Estações Telemétricas deverão ser instaladas nos municípios de São Francisco, Almenara e Três Marias. João Gustavo fala de uma Estação instalada em sua propriedade, a 50 Km de Gado Bravo, acrescentando que a instalação de uma Estação em Jaíba, sempre foi uma demanda solicitada pelo Comitê. João Damásio fala sobre programa da ANA para instalação de hidrômetros nos projetos de irrigação da Bacia do Verde Grande. Enfatizou que recebeu da ANA documento de exigência para instalação do hidrômetro e que em seguida a ANA enviou a fiscalização para saber quem atendeu ou não a exigência da instalação desses hidrômetros. Salientou que a ANA não enviou esses documentos para todos os produtores e que produtores que irrigam suas plantações na Bacia do Verde Grande sem outorga da ANA, não receberam nem a comunicação para instalação dos hidrômetros nem a fiscalização. Acrescentou que a ANA realiza essas ações sem comunicar ao Comitê e que o Comitê acaba não podendo atender aos produtores da Bacia que desejam informações sobre a instalação dos hidrômetros e da fiscalização. João Damásio critica a ação da ANA e dos seus diretores, realçando que a ANA deve um tratamento mais pertinente ao Comitê. Tânia, da ANA, explica que como agência reguladora a ANA tem competência para agir na Bacia sem comunicar ao Comitê. Acrescenta que a Flávia, Superintendente de Fiscalização da ANA, esteve em reunião ordinária do Comitê e apresentou que seria implantado o hidrômetro e que haveria fiscalização na Bacia. Tânia acrescenta que a ANA fiscaliza todos os produtores indistintamente. Jackson Madureira afirma que bomba de produtor outorgado foi lacrada no Verde Grande. Orlando Machado diz não entender por que lacrar de outorgado enquanto não outorgado não tem bomba lacrada. Bernardino, representante dos Irrigantes no Comitê, fala que nos três últimos anos tem comunicado por ofício a ANA sobre a falta de água em sua propriedade, abaixo da Jaíba, sem obter nenhuma resposta positiva. Realça que assim que colocou o hidrômetro, a ANA fiscalizou sua fazenda. Bernardino questionou sobre a regularização da água onde não existe água e que tem muitos produtores irrigando sem outorga no Verde Grande. Tânia afirma que nem sempre a ANA tem os endereços corretos dos irrigantes denunciados para enviar correspondência e notificar. João Damásio fala da necessidade da colocação de outros marcos regulatórios no rio Verde Grande, especialmente na Jaíba. Convidado para a reunião o Professor Flávio Pimenta, da UFMG, inicia sua fala colocando a UFMG, à disposição do Comitê. O professor apresenta Projeto de Estudo da Bacia do Verde Grande, elaborado pela UFMG, com duração de 30 meses, com estudo de hidrografia, diagnóstico socioambiental e das barragens existentes, bem como medições de vazão ao longo do leito do rio. Acrescentou que a UFMG tem experiência em batimetria, com a construção da nova Barragem de Verdelândia. Jackson Madureira afirma que a Prefeitura de Verdelândia tem todo o material de batimetria dessa Barragem. Alésio, técnico do Distrito de Irrigação do Gorutuba e Luciano Fonseca, Conselheiro do Distrito, apresentam a situação hídrica crítica atual do Reservatório do Bico da Pedra, segundo os técnicos, ocasionada pelo baixo índice de chuva do ano de 2012, pela escassez de água nos afluentes do rio Gorutuba, pela grande proporção de assoreamento por areia que fica retida na Barragem, e pelo aumento do uso múltiplo da água. Alésio afirma que até esta data o Reservatório opera com apenas 50% de sua capacidade. Paulo Roberto, técnico da Codevasf, convidado para a reunião, disse que a Codevasf sempre projetou construir barragem de contenção a montante do Reservatório, mas em razão da possibilidade de contaminação da água, ainda não foi possível realizar a construção da barragem de contenção. Foi proposta a elaboração de uma Moção para solicitar a ANA, COPASA, IGAM, CODEVASF, montar uma rede de monitoramento em toda a extensão do rio Gorutuba. Hudson Faria, técnico da Codevasf, em Guanambi, Bahia, convidado para a reunião, afirma que a Codevasf além de estudos de monitoramento do Gorutuba, tem recursos para a realização dessa ação através do Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Jordão, técnico da Codevasf, acrescenta que os estudos da Codevasf só não contemplam a ictiofauna, que segundo o técnico, pode ser feito pela Copasa. Hudson apresenta a atual situação do Distrito de Cova da Mandioca e Estreito, mostrando a total falta de água nesses Reservatórios, para abastecimento humano e irrigação. Solicita que na Moção para o Monitoramento do Gorutuba seja incluída Cova da Mandioca e Estreito. Sugere que nesses estudos seja dado destaque para a gestão da água, apresentando com uma das alternativas a alocação negociada. Doutor Fabrício Lupo, Promotor do Patrimônio Público e Meio Ambiente, em Janauba, convidado para a reunião, esclarece sobre a situação fundiária atual no entorno das águas do Reservatório do Bico da Pedra, denunciando crescente número de construções com ocupação irregular. Disse que a promotoria proibiu a Cemig de instalar energia elétrica para inibir o aumento dessas construções. Critica as alterações no Código Florestal sobre uso e ocupação das áreas de APP's no entorno dos rios, salientando que a

partir do novo Código a mata ciliar não mais será medida pela largura dos rios. João Do Carmo pergunta se agora com a definição da recuperação da mata ciliar por módulos fiscais e sendo um módulo em Janauba equivalente a 50 hectares não seria vantajoso o novo Código para a nossa região. Doutor Fabrício responde que o ITER, Instituto da Terra, é que determina agora o espaço reservado à mata ciliar e não propriamente o módulo do município e que não se sabe como essa ação ocorrerá. O Promotor propõe a criação de um Fundo para a Recuperação de Matas Ciliares do rio Gorutuba, acrescentando ser essa ação mais importante nesse momento do que a Batimetria na Barragem do Bico da Pedra. João Gustavo intervém dizendo que a Batimetria agrega outras informações fundamentais, além do assoreamento. O promotor responde que já requisitou a Batimetria no Reservatório Bico da Pedra e que seu custo fica em torno de 140 mil reais. O Doutor Fabrício propõe que seja elaborada uma Moção aos órgãos competentes para desenvolver projeto de recuperação da mata ciliar do rio Gorutuba. Ricardo Demicheli, da Emater, sugere que essa Moção possa ser encaminhada pela Promotoria, Emater e CBH-Verde Grande, priorizando Projeto Amplo de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Gorutuba, moldes nos do Convênio entre Emater/Codevasf/Ruralminas, com recursos do PAC, para Revitalização de Subbacias do Rio São Francisco. Foi sugerido por Hudson que seja elaborada uma Moção à Codevasf para a Recuperação de Processos Erosivos tanto no bico da Pedra como em Estreito e Cova da Mandioca. Acrescentou que seja convidado para a próxima discussão desse tema em reunião ordinária do Comitê, o Doutor Sérgio de Almeida Cipriano, Procurador da República em Guanambi. Tânia convida o Doutor Fabrício para participar da Oficina sobre a Sustentabilidade dos Reservatórios na Bacia do Verde Grande que será realizada no primeiro semestre de 2013, em Montes Claros. O Secretário coloca as Moções sugeridas para a aprovação da plenária, que foram aprovadas por unanimidade. Finalizando a reunião e nada mais tendo a tratar, eu, João Damásio Frota Machado Pinto, lavrei esta presente ATA, que depois de lida e aprovada pela plenária, será assinada por mim e arquivada na Secretaria do Comitê, juntamente com a lista de presença da reunião e será também inserida no Site do Comitê.

João Damásio Frota Machado Pinto Secretário Executivo do CBH-Verde Grande

Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande - Montes Claros/MG Site: <u>www.verdegrande.cbh.gov.br</u>- E-mail: <u>cbhverdegrande@yahoo.com.br</u>